

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – PARTE GERAL

§ 1.º Disposições gerais

1.	Conceito e finalidade do inventário.....	12
2.	Espécies de inventário e partilha	14
3.	Natureza do inventário e partilha judicial.....	20
4.	Inventário negativo	22
5.	Limites da cognição no inventário e partilha judicial	24
6.	Prazos de abertura e de encerramento do inventário e partilha judicial....	30
7.	Administrador provisório.....	34

§ 2.º Pressupostos processuais

8.	Competência internacional e interna no inventário	38
9.	Legitimidade ativa na abertura do inventário	40
10.	Litispendência no inventário.....	47

§ 3.º Disposições comuns

11.	Cessação da eficácia da tutela provisória	48
12.	Designação de curador especial	60
13.	Cumulação de inventários.....	62

CAPÍTULO 2 – FASE DA ABERTURA

§ 4.º Abertura do Inventário

14.	Abertura do inventário	65
15.	Controle do ato postulatório	68

§ 5.º Inventariança

16.	Conceito e natureza do inventariante	68
17.	Ordem de nomeação do inventariante	70

18.	Reclamação da investidura do inventariante	75
19.	Compromisso do inventariante	77
20.	Poderes e deveres ordinários do inventariante.....	78
21.	Poderes especiais do inventariante	85
22.	Despesas processuais e honorários do inventariante	90
23.	Remoção do inventariante.....	92

CAPÍTULO 3 – FASE DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES

§ 6.º Primeiras Declarações

24.	Função das primeiras declarações	100
25.	Prazo das primeiras declarações	100
26.	Conteúdo das primeiras declarações	101
27.	Forma das primeiras declarações.....	108
28.	Efeitos das primeiras declarações	108
29.	Citação das partes e intimação no inventário e partilha	110
30.	Audiência das partes nas primeiras declarações.....	113
31.	Admissão de herdeiro preterido e reserva de quinhão.....	117

§ 7.º Avaliação e cálculo do imposto

32.	Providências preliminares à avaliação	119
33.	Cabimento e oportunidade da avaliação	120
34.	Procedimento da avaliação	121
35.	Audiência das partes no laudo de avaliação	126
36.	Declarações finais do inventariante	127
37.	Cálculo e pagamento do imposto	129

§ 8.º Colações

38.	Conceito e natureza da colação.....	131
39.	Momento da colação	132
40.	Sujeitos da colação	134
41.	Prazo da colação	137
42.	Objeto da colação	138
43.	Procedimento da colação.....	139
44.	Efeitos da colação	142

§ 9.º Liquidação do passivo

45. Responsabilidade patrimonial do espólio	142
46. Habilitação de crédito vencido	146
47. Habilitação de crédito vincendo	154

CAPÍTULO 4 – FASE DA PARTILHA

§ 10. Partilha judicial

48. Conceito e finalidade da partilha	157
49. Oportunidade da partilha judicial	158
50. Princípios da partilha judicial.....	159
51. Formulação do pedido de quinhão	160
52. Decisão de deliberação da partilha.....	162
53. Recorribilidade da decisão de deliberação da partilha	167
54. Esboço da partilha	168
55. Crítica ao esboço de partilha	170
56. Lançamento da partilha.....	171

§ 11. Julgamento da partilha

57. Preparação do julgamento	172
58. Julgamento da partilha	173
59. Expedição do formal ou da certidão de partilha.....	174
60. Emenda da partilha	176
61. Sobrepartilha.....	179
62. Garantia do quinhão.....	183

CAPÍTULO 5 – ARROLAMENTO

§ 12. Inventário abreviado

63. Sistemática do arrolamento	187
64. Arrolamento sumário	188
65. Arrolamento comum	191
66. Aplicação subsidiária do inventário.....	193

CAPÍTULO 6 – EXTINÇÃO DO INVENTÁRIO E DISSOLUÇÃO DA PARTILHA

§ 13. Extinção do inventário	
67. Casos de extinção do processo de inventário.....	195
68. Recorribilidade do provimento final.....	196
§ 14. Rescisão e anulação da partilha	
69. Anulação da partilha amigável.....	196
70. Rescisão da partilha judicial	201
BIBLIOGRAFIA	205